



ORIENTAÇÕES DAS ENTIDADES DE CLASSE REPRESENTANTES DA POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA PENAL MEDIANTE ÀS DELIBERAÇÕES DAS CATEGORIAS NA MANIFESTAÇÃO OCORRIDA EM 21/02/2021

Considerando a manifestação realizada pelas seguintes categorias: Polícia Civil, Polícia Penal, Polícia Militar, Bombeiros Militares, Agentes de Segurança Socioeducativos e Servidores Administrativos da Segurança Pública de Minas Gerais, ocorrida na segunda-feira, 21 de fevereiro de 2022, na Capital mineira, tendo como último ponto de encontro em frente à Praça da Assembleia Legislativa;

Considerando que a manifestação foi pacífica, ordeira, legítima e justa, em reivindicação de direito constitucional (Art. 37, X, da CR/88), que é a recomposição das perdas inflacionárias já acordada com o Governo de Minas, desde 2019;

Considerando que o Governo de Minas Gerais vetou seu próprio projeto de recomposição das perdas inflacionárias, sem cumprir o compromisso acordado com a Segurança Pública e não manifestou nenhum interesse em dialogar com os servidores;

Considerando que o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema Neto, nunca, jamais, em tempo algum se dispôs a receber e dialogar com os legítimos representantes das entidades que representam os trabalhadores das Forças de Segurança;

Faz-se necessário esclarecer que na tentativa em abrir diálogo com o Governo do Estado, as entidades representativas da Segurança Pública de Minas convocaram a manifestação conjunta, que se tornou a maior manifestação da história das Forças de Segurança do Brasil, com cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) trabalhadores, exigindo diálogo, respeito e o cumprimento da ordem constitucional e contra o projeto de Regime de Recuperação Fiscal, que tem como fundamento o desmonte do serviço público.

A partir da manifestação, com a deliberação das categorias e dos deputados federais e estaduais presentes, ficou aclamada a paralisação com a realização dos trabalhos na escala mínima, seguindo também a estrita legalidade, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária pelas entidades.

Com a finalidade de reduzir os impactos à sociedade do que foi deliberado pelas categorias, as entidades de classe: Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – SINDPOL, Sindicato dos Escrivães da Polícia Civil de Minas Gerais – SINDEP/MG, Sindicato dos Peritos Criminais de Minas Gerais – SINDPECRI, Sindicato dos Policiais Penais de Minas Gerais – SINDPPEN, Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – SINDSISEMG, Associação dos Escrivães de Polícia de Minas Gerais – AESPOL, Associação Mineira dos Policiais Penais e Servidores Prisionais – AMASP, Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – SIAPOL, Sindicato dos Auxiliares Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo de Minas Gerais – SINDASEP/MG e Associação dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – ASPCEMG, **ORIENTAM, DE MANEIRA GERAL, TODAS AS CATEGORIAS REPRESENTADAS, O SEGUINTE:**

- 1) Informar à população o motivo da redução de atendimento nas unidades;
- 2) Saída imediata dos grupos “oficiais” de *whatsapp*;
- 3) Não utilização de qualquer recurso particular para atividades do trabalho;
- 4) Não utilizar viaturas em más condições de uso ou sem as devidas revisões e manutenções;
- 5) Denunciar unidades em condições precárias e insalubres, solicitando vistoria do Corpo de Bombeiros e acionando o Ministério Público, para a devida interdição;
- 6) Não atuar em situação de inferioridade numérica, com base no Princípio da Supremacia de Força;
- 7) Diante da precariedade de recursos, as metas exigidas deverão ser ignoradas.

AS ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS SERÃO DISPONIBILIZADAS POR CADA CARREIRA E CATEGORIA, EM CARTILHA PRÓPRIA!